

Desmatamento Zero na Amazônia: Pacto de Valorização da Floresta

Instituto Socioambiental – ISA

Greenpeace

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Instituto Centro de Vida – ICV

Amigos da Terra Amazônia Brasileira

Conservação Internacional – CI

The Nature Conservancy – TNC

WWF - Brasil

IMAZOM

Agosto de 2007

Introdução

- **Redução do desmatamento criou condições favoráveis para avançarmos em novas abordagens**
- **“Ambiente de diálogo” entre diversos setores da sociedade, de governo e econômicos**
- **Relatórios Stern e IPCC: sem incluir redução significativa dos desmatamentos não há como evitar alterações severas no sistema climático**

Objetivos

- **Atingir desmatamento zero na Amazônia no prazo mais curto possível (sete anos)**
- **Valorizar economicamente a floresta (serviços ambientais, mercado de carbono)**
- **Fortalecer a gestão florestal nos estados**
- **Criar ambiente favorável para a conversão em Lei da MP 2166**

Pressupostos da proposta

- **Garantir a conservação do máximo de ativos florestais – maior rigor para novos desmatamentos (metas Amazônica e estaduais)**
- **Otimizar o uso de áreas desmatadas (compensação) - Contribuir para a solução de passivos florestais**
- **Fortalecimento da governança florestal e gestão ambiental nos estados (processo de descentralização)**
- **Ação pactuada entre entes federativos e segmentos da sociedade civil.**

Pressupostos da proposta

- **Adoção combinada de diversos instrumentos econômicos aos estados (FPE Verde, ICMS Ecológico, IR Ecológico) e atores sociais para conservação de florestas (Pagamento por serviços ambientais)**
- **Participação ativa de instituições financeiras (BNDES, outros) na captação, intermediação e aplicação de recursos. Composição de “cesta” de recursos, a ser gerida de forma transparente**
- **A sociedade nacional e internacional deve compartilhar os custos de conservação das florestas tropicais (pagamento por serviços ambientais globais – créditos de carbono)**

Fluxograma do Pacto Desmatamento Zero na Amazônia Brasileira

Meta Geral Amazônica

Metas Estaduais

Metas Estaduais Anuais

Estado cumpre meta

Benefícios econômicos proporcionais ao desempenho

Compensação de RL via CRF ou fundo

mercado internacional de carbono

Fundo Socioambiental

Arrecadação à União

Governança Florestal

Pagamento por Serviços Ambientais

Auditoria no sistema / Revisão de metas / novo período de compromisso

Proposta de Metas 7 anos

	desmatamento (ha)	desmat reduzido
Desm.05/06	1.400.000	
1o ano (25%)	1.050.000	350.000
2o ano (25%)	787.500	612.500
3o ano (30%)	551.250	848.750
4o ano (40%)	330.750	1.069.250
5o ano (50%)	165.375	1.234.625
6º ano (75%)	41.345	1.358.655
7º ano(100%)	-	1.400.000
Total	3.585.902	6.873.780

O que já foi feito? - Conteúdo

- **Estudos econômicos (Consultoria Macrotempo), com análise de possíveis fontes de recursos e de cenários de pagamento por serviços ambientais.**
- **Estudos preliminares de aplicação da Proposta do Pacto no estado de Mato Grosso**
- **Entendimentos com BNDES sobre a idéia de criação de fundo(s) para Amazônia.**

O que já foi feito - Articulação

- Apoio dos governadores Blairo Maggi (MT) e Eduardo Braga (AM), com mudança de posicionamento político em relação ao tema.
- Conversas iniciais com governadores do Acre, Amapá e Pará.
- Conversas com diversos parlamentares que sinalizam interesse em e apoio à proposta, (*Aloisio Mercadante, Rodrigo Rolemberg, Perpétua Almeida, Fernando Gabeira, Homero Pereira, Mendes Thame, Sarney Filho, Renato Casagrande, dentre outros...*).
- Diálogo estabelecido com a Confederação Nacional da Agricultura e Federação de Produtores Rurais do Acre e a Famato (Federação de Produtores Rurais de Mato Grosso)

Próximos passos

- **Ampliar e Fortalecer articulação com as redes de ong's, movimentos sociais e povos indígenas**
- **Buscar adesão do setor empresarial e associações corporativas (CNA, CNI, Federações estaduais de agricultores, associação de madeireiros, CNBB, OAB, Inst. Ethos, CEBDS, etc...).**
- **Articular com governo federal, em especial com MMA.**
- **Lançamento do Pacto (em 45 dias) com participação do governo federal, governos estaduais, parlamentares, ongs, movimentos sociais, povos indígenas, e produtores rurais.**